

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES TEMPORÁRIOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ

THE PEDAGOGICAL PRACTICE OF TEMPORARY TEACHERS OF THE STATE EDUCATION NETWORK OF THE STATE OF PARANÁ

Mayara Rabe Camargo  <https://orcid.org/0000-0001-5939-2115>
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Paraná
mayarauepg@gmail.com

Cristina Carta Cardoso de Medeiros  <https://orcid.org/0000-0002-5269-9592>
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Paraná
cricaccm@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10445832>

Recebido em 12 de maio de 2023

Aceito em 13 de julho de 2023

Resumo: O presente trabalho, sustentado pelos principais resultados obtidos a partir da dissertação da autora, buscou investigar a influência dos contratos temporários no desenvolvimento das práticas pedagógicas de professores que atuam em um colégio do campo da Rede Estadual de Ensino do Paraná, localizado no município de Carambeí – PR, considerando a instabilidade na carreira. Os agentes participantes da pesquisa foram 6 professores contratados por tempo determinado e que estavam atuando no respectivo colégio. Os instrumentos utilizados para a produção dos dados foram o questionário e a entrevista semiestruturada. A discussão está balizada principalmente pelas contribuições de Antunes (2015), Bourdieu (1998, 2015), Gimeno Sacristán (1999) e Tardif e Lessard (2014). Os principais resultados desvelam que, a contratação temporária tem sido uma prática constante no Estado do Paraná, tornando-se a única maneira para o ingresso dos professores no magistério público estadual na contemporaneidade. Além disso, esta forma precarizada de contratação, resultou na perda de controle dos professores sobre o próprio trabalho, ou seja, o curto espaço de tempo do contrato para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Professor temporário. Prática pedagógica. Instabilidade de carreira.

Abstract: The present research aimed to investigate the influence on temporary contracts on the development of pedagogical practices of teachers, who work in a rural school of the Paraná State Education Network, located in the municipality of Carambeí, PR regarding the instability of the career. The participating agents in the research were 6 teachers hired for a fixed period and who were working in the respective school. The instruments used to data production were the questionnaire and the semi-structured interview. The theoretical contributions for the analyzes were sustained, mainly, by the reflections of Antunes (2015), Bourdieu (1998, 2015), Gimeno Sacristán (1999) and Tardif and Lessard (2014). The main results reveal that temporary hiring has, for a long time, been a constant practice from the State of Paraná, becoming the only way to enter the contemporaneous state public teaching profession. This precarious form of hiring resulted in the loss of control over the work itself, that is, the short time of the contract for the development of the pedagogical practice.

Keywords: Temporary teacher. Pedagogical practice. Instability of the teaching career.

1 Introdução

Os professores estão se defrontando com um contexto cada vez mais recorrente na condição de trabalho no magistério público, a saber, as contratações temporárias que extinguem os direitos trabalhistas, não havendo sob essa forma contratual a possibilidade de progressão na carreira, pois em um curto espaço de tempo o trabalhador do ensino estará desempregado, tendo em vista que seu vínculo com o sistema educacional é por tempo determinado.

Para Antunes (2015) a sociedade contemporânea assalariada está vivenciando o desmonte do trabalho regulamentado que teve seu avivamento no Brasil durante o século XX. A título de ilustração, no país, em 2009, cerca de 43,5 milhões de trabalhadores atuavam sem carteira assinada, representando um contingente de 51% do total dos trabalhadores ativos no período e, destes, cerca de 80% não contribuía com a previdência social (Druck, 2011).

Direcionando o olhar para a categoria docente, entende-se que as contratações temporárias correspondem a face mais recente do desmonte sobre a profissão. Esta forma contratual passou a ocupar lugar de destaque no magistério a partir da década de 1990¹, sendo justificada pela urgência do reerguimento econômico do Brasil.

Detendo-se ao cenário paranaense², embora as contratações temporárias para professor estivessem rondando a profissão durante o século XX, encontra-se, a partir das duas últimas governanças³, o uso abusivo dessa forma contratual, tanto é que o Estado não lança mão de concurso público para professor desde 2013. Desta forma, o respectivo Estado está banalizando as conquistas e direitos outorgados pela última Constituição Federal (1988), a saber, “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas” (Brasil, 2006).

O contrato temporário faz com que o professor perca o domínio e controle sobre o próprio tempo e sobre a dimensão de seu trabalho. Essa condição contemporânea da docência corrobora para o esvaziamento da atuação dos docentes. Isto porque, como explica Bourdieu (1998, p. 120), os trabalhadores que estão mergulhados na instabilidade, não otimizam seus futuros, pois não possuem domínio do próprio presente e “[...] para conceber um projeto revolucionário, isto é, uma ambição raciocinada de transformar o presente por referência a um futuro projetado é preciso um mínimo de domínio sobre o presente.”

Diante do exposto, este estudo toma como preocupação o trabalho do professor temporário, mais precisamente sua prática pedagógica. Assim, objetiva-se em investigar a influência dos contratos temporários no desenvolvimento das práticas pedagógicas de

¹ O projeto de educação proposto para a América Latina, do governo de FHC, defendeu, como uma das metas a serem alcançadas, o rebaixamento dos salários, o controle do trabalho dos professores, justificado pelo fato de esses profissionais serem responsáveis pela formação de futuros trabalhadores (formação de uma classe trabalhadora assalariada). Isso de certa forma nos dá uma ideia da racionalização do trabalho, quando observamos o controle exercido pelo Estado nos planos políticos e ideológicos. Em termos da relação funcional do trabalho com o capital, tendo em vista as necessidades de acumulação e legitimação do capitalismo, os professores são responsáveis pela reprodução da força de trabalho (Alves, 2009, p. 35).

² Cenários semelhantes foram identificados em outros estados brasileiros. Seki *et al.* (2017) incrementam à discussão os dados compilados por meio do Censo Escolar da Educação Básica (2011-2015). Nesta fonte de informação, cerca de 41% dos professores brasileiros estavam trabalhando sem ter a certeza da continuidade de suas atividades, servido como um escopo das políticas que caminham sobre a flexibilização dos direitos trabalhistas.

³ Carlos Alberto Richa (2011-2014; 2015-2018); Carlos Roberto Massa (2019-2022; 2023 - 2026).

professores que atuam em um colégio do campo da Rede Estadual de Ensino do Paraná, localizado no município de Carambeí – PR, considerando a instabilidade na carreira.

Para a realização do objetivo proposto, recorreu-se à metodologia qualitativa de pesquisa, pois esta permite ao pesquisador uma maior familiaridade com o tema (Martins, 2004). A análise ficou restrita a um espaço social pertencente ao campo educacional paranaense, a saber, um colégio estadual do campo localizado no município de Carambeí-PR.

No colégio que serviu para a produção de dados, as técnicas desenvolvidas, questionário e entrevista semiestruturada⁴, contemplaram 6 professores temporários⁵. Estas técnicas buscaram identificar o perfil dos investigados, bem como a relação com a contratação temporária e a influência desta na prática pedagógica por eles desenvolvida.

A estruturação deste estudo se apresenta da seguinte maneira: primeiramente, tem-se a introdução, contendo a contextualização do tema; a segunda parte transcorre sobre a adesão dos contratos temporários no Estado do Paraná; dando sequência, tem-se a terceira parte, a qual contempla o processo de contratação de professores temporários no Paraná; continuando, chega-se na quarta parte, em que se tem o afunilamento do estudo para o colégio do campo, palco da investigação; Daí, segue-se para a quinta parte, a fim de tratar do processo de formação inicial dos professores investigados até o ingresso no magistério estadual paranaense; por fim, discute-se sobre a prática pedagógica desses agentes no colégio lócus desta pesquisa, considerando a intermitência do trabalho desenvolvido.

2. Um breve panorama sobre a adesão dos contratos temporários para cargo de professor no Estado do Paraná

Com a intenção de situar o leitor sobre o cenário educacional paranaense das contratações temporárias, transcorre-se, brevemente, sobre a adoção dessa forma contratual no respectivo Estado e seus precedentes.

Durante a década de 1970 os docentes temporários eram chamados de suplementares, isso porque a Lei Estadual nº 6508/73 autorizava a criação pelo Poder Executivo de categorias de pessoal suplementar, tendo por objetivo complementar o quadro de funcionários públicos. À vista disso, no ano de 1974 foi instituído o Decreto nº 5012/74, concedendo autorização para a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Paraná admitir professores suplementares, a fim de suprir a falta de professores efetivos em decorrência da expansão do ensino de 1º e 2º Grau (Souza, 2016).

Entretanto, em 15 de outubro de 1979, foi sancionada a Lei Estadual nº 7208/79 que conferiu a esses professores sem vínculos de trabalho permanente e, conseqüentemente, sem estabilidade, o direito de ingressar definitivamente no magistério paranaense:

⁴ Destaca-se que ambas as técnicas foram desenvolvidas somente após a aprovação do Comitê de ética das Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Paraná. O questionário foi realizado no mês de setembro de 2022. A entrevista, somente ao final do contrato dos professores, a saber, em dezembro de 2022.

⁵ Como critério de escolha dos participantes ficou estabelecido que estes deveriam ser professores temporários no colégio e apresentar graduação concluída ou em conclusão em alguma licenciatura. Do total de 14 professores encontrados, apenas 6 concordaram em participar da pesquisa.

Art. 1º. Os atuais professores suplementaristas, regidos pela Lei nº 6.508, de 13 de dezembro de 1973, e pelo Decreto nº 5.012, de 05 de fevereiro de 1974, que constam, na data desta Lei, pelo menos 2 (dois) anos de exercício nessa categoria, ministrando aulas nos estabelecimentos da rede de ensino do Estado, nos termos do § 2º do artigo 2º do Decreto nº 1.495, de 16 de janeiro de 1976, e que não sejam ocupantes de cargo público a qualquer título, passa a integrar o Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo (Paraná, LEI nº 7208, 1979).

Infelizmente a precariedade não deixou de assombrar a categoria, pois o recrutamento de professores sem vínculo permanente de trabalho, passou, novamente, a rondar a docência paranaense a partir dos anos de 1980. Um marco na época foi o processo de terceirização que recaiu sobre a profissão, nela os contratos passaram a ser conduzidos por uma empresa que prestava serviço para o Estado, a saber, a Paranaeducação, criada pela Lei nº 11.970 de 1997. Estava-se diante de uma verdadeira intervenção neoliberal na educação pública sobre o comando do governador Jaime Lerner (1995-1999; 1999-2003):

Destaca-se que a luta engendrada pelos professores para a regulamentação de seus vínculos de trabalho, culminou no desgaste do governo de Lerner. Diante desse cenário em polvorosa, o governador subsequente, Roberto Requião (2003-2007)⁶, assumiu o compromisso de excluir o Paranaeducação e estabelecer o Plano de cargos, carreira e salários aos professores, inclusive aos temporários, os quais passaram a ser assistidos pela Lei Complementar nº 108/2005, aprovada em 18 de maio de 2005. Enfatiza-se que nessa governança, houve também a realização de três concursos públicos, sendo o último deles realizado em 2007 e estendido até 2012 (Souza, 2016).

Apesar disso, as conquistas da categoria se diluíram com a posse de Carlos Alberto Richa ao governo do Estado (2011-2014; 2015-2018) e do atual governador Carlos Roberto Massa (2019-2022), reeleito nas eleições de 2022. Neste longo período, apenas um concurso público para cargo de professor foi lançado, este aconteceu há 10 anos, havendo nele um baixo chamamento de professores.

Acrescenta-se a discussão que o Governo do Paraná está burlando à luz do dia determinações legais. A principal delas, a Constituição Federal de 1988 que, no artigo 206 da CF, inciso V (redigido pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006), discorre sobre a valorização dos professores, tendo esse grupo o direito de possuir um trabalho regido pelas leis trabalhistas e ingresso exclusivamente por meio de concurso público “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas” (Brasil, 2006).

Souza (2016) sobrepõe que a educação pública do Estado do Paraná contempla professores com vínculos distintos, uma parcela que conseguiu se estabilizar por meio dos poucos e passados concursos e outra parcela desassistida e à mercê da instabilidade do trabalho.

No caso do professor temporário, entende-se que a ausência de vínculo permanente os priva de muitos direitos, apesar disso, compartilham com os professores efetivos dos mesmos deveres. Ocasionalmente, dessa forma, o que Souza (2016) disserta como precariedade objetiva, ou seja, a precariedade expressa na falta de direitos relacionados com aspectos jurídicos que ditam a relação com o trabalho.

⁶ Em 1982, foi eleito Deputado Estadual; em 1985, Prefeito de Curitiba; e no ano de 1990 ganhou as eleições para o Governo do Estado do Paraná. Em 1994, elegeu-se Senador da República, e no ano de 2003 retornou ao cargo de Governador. Em 2006, foi eleito Governador pela terceira vez, numa das eleições mais disputadas da história do Paraná (Resende, 2007, p. 2-3).

3. O processo de contratação dos professores temporários no Estado do Paraná

Sobre o ingresso dos professores temporários na Rede Estadual de Ensino do Paraná, pode-se afirmar que o trâmite burocrático é desgastante. Os candidatos interessados devem se inscrever no Processo Seletivo Simplificado (PSS), o qual, segundo as contribuições de uma professora entrevistada neste estudo:

Poderia ser um processo mais simples, porque o nome do processo é simplificado e a prova não é simplificada. É uma prova de concurso. Então, acho que eles estão fazendo tudo isso para piorar nossa situação e dificultar o acesso ao magistério. Eu fui prejudicada esse ano. Eu acho que a minha nota caiu significativamente e por isso não sei se vou conseguir pegar aulas no próximo ano (P1).

Os professores participantes desta pesquisa foram contratados pelo PSS lançado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) por meio do Edital nº 47/2020, o qual vigorou nos anos de 2021 e 2022⁷. Ressalta-se que esse Processo Seletivo foi o primeiro do Estado que contou com uma prova teórica. Esta foi composta por questões de conhecimento geral e de conhecimento específico sobre a disciplina de inscrição do candidato.

Destaca-se que, até então, os processos seletivos contemplavam somente a prova de títulos, a saber, anos de atuação no magistério e profissionalização, o que deixava os professores em início de carreira longe de conseguir uma vaga na Rede. Conforme a fala de P3, a prova teórica passou a ser a chance para muitos candidatos. No entanto, essa “conquista”, desvela a adequação dos docentes às formas precárias de trabalho (Souza, 2016).

Veja, tem um professor em outra escola que sempre ficava nos primeiros lugares na classificação do PSS, agora com essa mudança no Processo Seletivo, ele fica atrás de mim na lista. Assim, eu comecei a ter chances (P3).

Frisa-se que a participação dos professores no PSS se deu apenas com o cumprimento de todos os requisitos básicos lançados no Edital nº 47/2020, a saber:

3.3.1 Para participar do processo seletivo, o candidato deve ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal.

3.3.2 O candidato deverá ter no mínimo 18 anos completos e no máximo 75 anos incompletos no momento da convocação para a comprovação de títulos.

3.3.2.1 O candidato que, no momento da convocação, estiver com idade pertencente ao grupo de risco do coronavírus, segundo a legislação vigente, será considerado inapto temporariamente enquanto perdurar a situação emergencial de saúde.

3.3.3 Estar em gozo dos direitos políticos e civis.

3.3.4 Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino.

⁷ § 1º Permanecendo a necessidade que gerou a contratação na forma da presente Lei, os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser prorrogados por uma única vez e até o prazo previsto no contrato original, desde que não ultrapasse o limite máximo de 2 (dois) anos fixados pela alínea "b" do inciso IX, do art. 27, da Constituição Estadual (LEI COMPLEMENTAR nº 108/2005).

3.3.5 Estar quite com as obrigações eleitorais.

3.3.6 Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo.

3.3.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função (SEED-PR, 2020).

Com o findar do PSS, lançado pelo Edital nº 47/2020 em 2022, os professores foram surpreendidos com o Edital nº 30/2022 (contratação temporária de professores para 2023), o qual estabeleceu, além da prova teórica e de títulos, a inclusão da prova prática com plano de aula, ambos de caráter classificatório.

A prova prática contemplava o envio de um vídeo em que o professor deveria encenar que estava lecionando em uma turma, a partir dos conteúdos elencados no Edital. A produção deveria ter no mínimo 8 minutos e no máximo 10 minutos de duração, além disso, deveria ser feita em um ambiente com boa iluminação e preferencialmente com fundo liso, conforme as prescrições. Ambos os materiais, vídeo e plano de aula, deveriam ser anexados na página de inscrição do PSS (SEED-PR, 2022).

Todos os professores temporários que integraram esta pesquisa participaram deste último processo de contratação docente feito pela SEED-PR. No entanto, não se mostraram satisfeitos com a inclusão da prova prática.

Isso foi horrível. A gente se submeteu a um vexame, pois tivemos que simular que estávamos em uma sala de aula com os alunos, um verdadeiro teatro e não é isso o que realmente acontece em sala de aula. Até mesmo a forma de ensinar, não tinha como passar isso no vídeo. E, além disso, não é um concurso, você passa por todo esse processo árduo para trabalhar só por um ano. Isso me desanima, tanto é que a minha avó é professora de Filosofia e ela saiu quando começaram a lançar as provas teóricas do PSS, pois ela entendeu que o Estado está em desacordo com a gente. Cada vez está pior (P5).

Como apontado pela docente entrevistada, o processo de inscrição adotado, nada facilitou sua vida, pelo contrário, intensificou o sentimento de desvalorização sobre seu trabalho, o que pode ter impacto direto na baixa autoestima, fator que prejudicará a relação com o próprio trabalho e os agentes que o envolvem, tais como os alunos e demais membros da comunidade escolar (Tardif e Lessard, 2014).

Interpõe-se que ao mesmo tempo que os docentes precisavam estar focados nas atividades que estavam desenvolvendo com os alunos, preocupavam-se com o fim do contrato e com a pontuação obtida no novo PSS, pois esta poderia dar uma prévia do que enfrentariam no próximo ano, tendo em vista que se conseguissem uma boa classificação, poderiam reingressar mais rapidamente no magistério estadual paranaense.

4. O colégio estadual paranaense lócus da pesquisa

Para afunilamento da pesquisa, delimitou-se, dentro do campo educacional do Paraná⁸, o Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa (NRE), tendo em vista a proximidade da pesquisadora principal com o mesmo, o que facilitaria o desenvolvimento do estudo. O referido Núcleo é formado por 11 municípios, contendo

⁸ De acordo com os dados oficiais disponíveis no site da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, no mês de julho de 2022 o campo educacional paranaense possuía cerca de 2109 colégios distribuídos entre os 32 Núcleos Regionais de Educação.

cerca de 113 escolas. Constatou-se 3.622 professores no NRE de Ponta Grossa, destes, 2.266 mil concursados e 1.356 mil temporários, respectivamente 62% e 37%.

A fim de uma maior aproximação com os professores temporários, escolheu-se, no NRE de Ponta Grossa, o município de Carambeí, o qual conta com 5 instituições estaduais de ensino (3 colégios urbanos e 2 colégios do campo). Chama a atenção o elevado número de docentes temporários atuantes na localidade, a saber, 88 professores (57%) contra 67 professores concursados (43%). Algumas disciplinas, tais como a Língua Portuguesa e a Sociologia, não contavam com nenhum professor concursado.

Nesse município, houve a escolha por um colégio em específico localizado na zona rural. A preferência se deu por critérios de conveniência à pesquisadora principal, a qual teria fácil acesso aos participantes da pesquisa.

Sobre o corpo docente atuante, no espaço tempo da pesquisa, havia 18 professores, destes, 14 temporários e apenas 4 concursados. Por meio da TAB. 1 se pode constatar, além do enquadramento funcional, as disciplinas ministradas pelos docentes.

TABELA 1: Total de professores concursados e temporários atuantes na instituição de ensino lócus da pesquisa em 2022

Total de professores por área de atuação			
Áreas de atuação	Total de professores	Vínculos	
		CONCURSADO	TEMPORÁRIO
Espanhol	1		1
Matemática	2		2
Biologia	1		1
Artes	1	1	
Geografia	1		1
Português	2		2
Química	1		1
Inglês	1	1	
Educação Física	2	1	1
História	2	1	1
Sociologia	1		1
Ciências	1		1
Física	1		1
Filosofia	1		1
Total de professores	18	4	14

Fonte: Dados organizados pela autora por meio de contato com o Projeto Pedagógico da instituição, julho/2022.

Embora não seja o objetivo desta pesquisa transcorrer sobre essa modalidade de ensino, a educação do campo merece um olhar de atenção, principalmente, levando em conta a alta rotatividade dos professores em colégios afastados dos grandes centros urbanos. A instituição, lócus desta pesquisa, contava com um quadro de professores temporários maior do que de efetivos, 78% contra 22%. Seki *et al.* (2020), ao trabalhar com o Censo Escolar de 2015, também deixou claro o expressivo percentual de docentes temporários em instituições da zona rural em âmbito nacional, cerca de 73% do corpo atuante. Acrescenta-se que essa situação passa a interferir diretamente na

qualidade do ensino recebida pelos alunos, pois há sobre essas escolas um verdadeiro efeito território.

Ademais, enfatiza-se que, dos 14 professores temporários atuantes no colégio, apenas 6 professores aceitaram corroborar com a pesquisa, estes foram nomeados como P1, P2, P3, P4, P5 e P6, sendo 3 mulheres (P1, P4 e P5) e 3 homens (P2, P3 e P6).

Esses professores ministravam as seguintes disciplinas: P1: Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental; P2: Geografia para o Ensino Fundamental e Médio; P3: Língua Portuguesa para o Ensino Médio; P4: Matemática para o Ensino Fundamental; P5: Filosofia para o Ensino Médio; P6: Física para o Ensino Médio.

Sobre o tempo de atuação dos professores no colégio, P1, P3, P4 estavam cumprindo dois anos na instituição, ou seja, o prazo de validade do PSS (2021-2022), já o P2 e P5 estavam lecionando no respectivo colégio pelo primeiro ano (2022) e P6 já havia trabalhado em um contrato temporário passado (2017-2018), conseguindo reingressar na instituição (2022).

Ao serem questionados sobre o motivo de escolher trabalhar no colégio do campo, todos apontaram que não houve escolha, a instituição foi ofertada na distribuição de aula e se caso não aceitassem a vaga estariam excluídos do PSS, ficando desempregados durante a vigência do processo.

Detalhe, com exceção de P2 que morava no município de pesquisa, todos os demais residiam no município de Ponta Grossa – PR, gastando muito tempo em locomoção, em torno de 2 horas entre chegar em Carambeí e embarcar no transporte escolar que os levava para o colégio do campo. Destaca-se que havia somente um ônibus, o qual os professores dividiam com os alunos e na falta de assento para estes, os docentes faziam todo o trajeto, de quase 1 hora, em pé.

5. Os professores temporários participantes da pesquisa: da formação inicial ao ingresso no magistério estadual paranaense

Mediante a produção dos dados, constatou-se que 3 professores temporários ingressaram no curso de formação inicial após os 30 anos de idade. O investigado P2, iniciou o Ensino Superior no ano de 2012, aos 44 anos de idade, já estando casado e com filhos. A mesma situação compete ao P6 e P3, os quais conseguiram avançar na escolarização somente após os 30 anos de idade, estando casados e com filhos. Já as investigadas P1, P4 e P5, conseguiram ingressar no Ensino Superior mais rapidamente, a saber, com 24, 18 e 21 anos respectivamente.

Para Diniz-Pereira (2006) os agentes que demoraram conseguir uma vaga em cursos do Ensino Superior, passaram por dificuldades socioeconômicas ou problemas na trajetória escolar. Para mais, o autor pondera que, nos cursos de licenciatura está a concentração de alunos com idades mais avançadas se comparado aos cursos mais disputados, além de haver a maior concentração de alunos trabalhadores.

Continuando, uma constatação importante diz respeito às instituições formadoras dos professores temporários, com exceção de P5 que, durante o espaço tempo da investigação, estava cursando sua graduação em Filosofia em faculdade particular, porém também cursava Licenciatura em Letras – Português/Espanhol pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, todos cursaram a primeira graduação em Universidade Pública. Os dados estão contidos no Quad.1:

QUADRO 1 - Instituição de ensino superior formadora dos professores temporários investigados

Professor	Instituição Formadora	Ano de início e de conclusão
P1	Universidade Federal do Amazonas / Licenciatura em Letras – Português	(2006 - 2011)
P2	Universidade Estadual de Ponta Grossa / Licenciatura em Geografia Faculdade particular/ Licenciatura em História	(2012 - 2018) (2018 - 2022)
P3	Universidade Estadual de Ponta Grossa/ Licenciatura em Letras – Português/Espanhol	(2008 - 2016)
P4	Universidade Estadual de Ponta Grossa / Licenciatura em Matemática	(2015 - 2020)
P5	Faculdade Particular/ Licenciatura em Filosofia Universidade Estadual de Ponta Grossa / Licenciatura em Letras – Português/ Espanhol	(cursando desde 2020) (cursando desde 2021)
P6	Universidade Estadual de Ponta Grossa / Licenciatura em Física	(2013 - 2018)

FONTE: dados organizados pelas autoras desta pesquisa (2022).

Diante da constatação, pode-se inferir que o grupo de docentes investigados é bem formado. Isto porque, para Gatti (1989), os docentes que se formam nas faculdades particulares contam com um baixo nível de profissionalização, pois a formação ofertada é insatisfatória, tanto no que se refere aos conteúdos específicos como aos pedagógicos, sem contar os problemas administrativos e estruturais das instituições.

Sobre o início da docência para os entrevistados, destaca-se que, com exceção da P5 que ingressou como professora temporária na Rede Municipal de Educação de Carambeí – PR, todos os demais iniciaram a docência na Rede Estadual de Educação do Paraná, por meio da contratação temporária da SEED-PR, trabalhando somente na mesma desde então.

Chama a atenção o tempo de permanência de P6, o qual atua como temporário desde 2014, antes mesmo de ter finalizado a graduação em Física. Acrescenta-se que nenhum dos professores partícipes era concursado ou trabalhava em outra rede de ensino no espaço de tempo da pesquisa. As informações sobre a forma de ingresso no magistério e o tempo de atuação estão contidas no Quad.2:

QUADRO 2 - Forma de ingresso e tempo de atuação no magistério dos professores temporários investigados

Professor	Forma de ingresso no magistério	Ano de ingresso no magistério	Tempo de atuação no magistério
P1	Contratação Temporária SEED-PR	2021	2 anos
P2	Contratação Temporária SEED-PR	2021	1 ano
P3	Contratação Temporária SEED-PR	2021	2 anos
P4	Contratação Temporária SEED-PR	2017	6 anos
P5	Contratação Temporária pela Secretaria Municipal de Educação de Carambeí – PR	2020	3 anos
P6	Contratação Temporária SEED-PR	2014	9 anos

FONTE: dados organizados pela autora desta pesquisa (2022).

Sobre as fases de carreira dos professores, identificou-se que 4 deles (P1, P2, P4 e P5) eram iniciantes⁹, com menos de 3 anos de atuação, já os outros 2 (P3 e P6), estavam a mais tempo lecionando, respectivamente, 6 anos e 9 anos, sendo rostos carimbados nas contratações temporárias do Estado do Paraná.

Ademais, todos os investigados começaram a lecionar por meio da contratação temporária, pois não encontraram uma melhor forma de ingressar na carreira, conforme os dados produzidos apontam. Bourdieu (1998) complementa a discussão ao afirmar que a precariedade está ditando as relações de trabalho na contemporaneidade, infiltra-se tanto no setor privado como no público, neste último caso, tem-se sua manifestação na educação.

6. A prática pedagógica posta à precariedade do trabalho intermitente dos professores na contemporaneidade

Subentende-se que o indivíduo escolarizado é a raiz do homem trabalhador na contemporaneidade. Assim, a prática pedagógica é concebida como uma relação entre professor e aluno pautada pelo trabalho (aquele que está trabalhando e aquele que precisa aprender instruções para fazer parte do mercado de trabalho), embora não deva se reduzir a isso (Tardif e Lessard, 2014).

Diante da afirmação lançada, para o entendimento de prática pedagógica é necessário se desprender de uma visão que a limita como uma técnica de ensino que não foge do que pode ser observado dentro do ambiente de sala de aula (Gimeno Sacristán, 1999). Destaca-se que, nesta pesquisa, foi possível constatar a inferência negativa da precarização do trabalho no desenvolvimento das práticas pedagógicas dos docentes entrevistados.

Conforme a definição de Marin (2010), a precarização pode ser agrupada em dois blocos de referência, a saber, significados caracterizantes e as consequências de sua existência. A primeira manifestação está atrelada diretamente com as mudanças das formas contratuais de trabalho na contemporaneidade, sobretudo, as contratações temporárias e seus acompanhantes, tais como a desvalorização, fragilização, competitividade, perda de autonomia e envolvimento dos professores em trabalhos burocráticos.

Sobre isso, os professores investigados destacaram, principalmente, a dificuldade de vincular a exigência de seguir o planejamento de aula disponibilizado no Livro Registro de Classe On-line (LRCO) com as reais necessidades de aprendizagem dos alunos. Diante da situação, não se mostraram satisfeitos, pois sentiram a perda de autonomia.

E esse ano houve essa novidade, a obrigatoriedade de usar um material que era enviado pelo governo. E esse foi um grande problema, porque eles queriam que a gente apresentasse uma coisa que vinha pronto, mascarado... vinha tudo muito bagunçado. Talvez a gente tenha tido nessa parte bem mais dificuldade do que facilidade (P6).

Enfatiza-se que o posicionamento não é o de aversão ao uso da tecnológica nos espaços escolares, pelo contrário, a mesma pode ser utilizada como uma ferramenta para desenvolver os objetivos de aprendizagem. O próprio LRCO, o qual estava em estudo pelo Estado do Paraná desde 2012, pode ser compreendido como um facilitador de

⁹ Ver Huberman (1992) em “O Ciclo de vida profissional dos professores”.

atribuições do trabalho docente, quando se trata de maior agilidade e praticidade no lançamento de frequência e notas (Scherer, 2017).

No entanto, ao retirar do professor a autonomia para planejar, escolher os conteúdos e materiais condizentes com a realidade do alunado, está havendo uma verdadeira proletarização¹⁰ do ofício, atribuindo a esses profissionais a identidade de executores do ensino. Podendo, nessas circunstâncias, resultar em uma prática mecanizada, respaldada apenas em burocracias desconexas.

Percebe-se que o cenário elucidado não compete somente aos professores temporários, uma vez que atinge toda a categoria professoral. No entanto, há um acoplado de negligências que evidenciam o processo de precarização sobre a educação paranaense, as quais vão deste a condição ofertada de trabalho aos professores até às condições para a realização da prática pedagógica nas instituições.

Contribuindo com a discussão, Codo (1999) pontua que os professores têm passado por uma crise de identidade, uma vez que precisam desenvolver competências capazes de lidar com as crescentes exigências que solicitam o domínio das tecnologias ao mesmo passo que precisam dar conta da heterogeneidade discente, sem ter respaldo para isso. Toda essa sobrecarga de exigência pode resultar no adoecimento do profissional.

Neste ponto se chega ao segundo bloco da precarização do trabalho docente, em que há a expressão do desgaste, adoecimento, isolamento, desistência, desorganização entre os próprios trabalhadores e a perda de controle sobre o trabalho. Marin (2010, p. 2) explica que essas são as consequências das modificações vindas do primeiro bloco de precarização. Uma passagem de P5 ilustra muito bem as contribuições da autora citada:

[...] o fato de você ser PSS gera insegurança que afeta o seu trabalho em todos os instantes (P6).

Sobre isso, destaca-se que a relação dos professores temporários com o curto espaço de tempo do contrato para o desenvolvimento da prática pedagógica, demonstrando a falta de controle sobre decisões envolvendo o próprio trabalho:

Não tem como você deixar nada preparado a longo prazo, porque você não sabe se vai poder dar continuidade depois e se a outra pessoa que vem vai dar essa continuidade. Então é bem complicado. Assim, você tem que iniciar um trabalho e finalizar e você não pode construir esse trabalho (P6).

A perda de controle do trabalho dos professores temporários está diretamente relacionada com a impossibilidade de escolher permanecer na instituição de ensino ou não. A discussão abre espaço para o debate sobre a rotatividade docente, a qual pode desencadear uma perda de produtividade e impactar negativamente a motivação pessoal e comprometimento do trabalhador (Pereira Jr. e Oliveira, 2016).

Indagados se estavam satisfeitos com a prática pedagógica que desenvolveram durante o ano no colégio, os entrevistados demonstram o sentimento de frustração devido a ruptura com o trabalho que estavam engajados. Segundo Noranha *et al.* (2008), há um grande risco de adoecimento do profissional quando este vive a contínua sensação de trabalho inacabado.

¹⁰ A proletarização é entendida como a perda de domínio do trabalhador sobre o processo de seu trabalho. Destaca-se que ela caminha conjuntamente com o processo de desqualificação e desvalorização do profissional (Oliveira, 2010).

[..] gostaria de ter feito mais, no entanto, o tempo do PSS limita a gente. Os alunos dizem para a gente “ano que vem você vai estar aqui, né?” aí você tem que dizer um “não” e ouvir “nossa, mas você disse que nós poderíamos fazer isso e isso”. Tudo a gente tem que limitar para um ano apenas (P5).

[...] você vai fazendo tudo o que consegue dentro do tempo que você tem. E digamos que é muito difícil você conseguir fazer tudo, tudo o que deveria ser feito. Na minha opinião, eu acho que é muito pouco tempo para você conseguir trabalhar tudo que seria realmente necessário com eles (P6).

Diante do cenário elucidado, toma-se por preocupação a qualidade de ensino que está sendo ofertada na Rede Estadual do Paraná. Os alunos não são meros objetos inanimados, podendo aceitar todas as investidas sem contestá-las ou serem afetadas por elas. A troca constante de professor gera o empobrecimento de vínculo deste com o aluno, o que pode recair diretamente sobre o processo de ensino e aprendizagem (Seki *et al.* 2017).

Eles também precisam de um tempo, para se adaptarem com o professor. Eles precisam pegar o jeito do professor. É, mas na prática mesmo, eu acredito que seja pegar confiança no professor e que quando eles têm uma confiança no professor, expõem as dificuldades. Daí eles se abrem para fazer perguntas. Então, essa interação direta com o professor influi bastante no aprendizado. Essa troca constante de professor, acaba com eles. Cada vez que vem um professor novo, há aquele tempo para eles se acostumarem e até começarem todo o processo de novo demora (P5).

Apesar disso, os professores investigados, mostraram interesse por aperfeiçoar a prática em sala de aula, conciliando estudo e trabalho. De acordo com Imbernón (2011), o docente se desenvolve na profissão por diversos fatores, tais como o salário, clima de trabalho, a própria carreira e, é claro, pelo investimento na formação permanente ao longo da vida profissional.

Fiz especialização em Literatura e Psicopedagogia (P1).

Tenho especialização em Educação Inclusiva, Educação do Campo, Matemática para o Ensino de Jovens e Adultos e Ensino Religioso (P2).

Ressalta-se que o empenho dos docentes temporários para o aprimoramento da prática pedagógica por meio de cursos de especialização, pode estar diretamente associado, também, a uma forma mais rápida de conseguir voltar a lecionar na Rede de Ensino do Paraná, pois a certificação conta pontos decisivos na classificação final do PSS. Para Bourdieu (1998), os trabalhadores excluídos involuntariamente do mercado de trabalho, obcecaram reingressar nele, utilizando, então, do tempo livre para adquirir empregabilidade.

Entretanto, o empenho dos professores não ameniza o sentimento de insegurança e de frustração por se dedicar à uma profissão que não os dá o devido retorno. De acordo com o autor supracitado, Bourdieu (2015, p. 87), “pode ocorrer que os investimentos (em tempo e esforços) sejam menos rentáveis do que se previa no momento em que foram realizados[...]”

Por fim, ao serem questionados sobre as expectativas frente a profissão, os professores investigados demonstraram o descontentamento e frustração, pois almejavam construir uma carreira estável no magistério.

Quando eu pensava em fazer licenciatura não imagina que iria ser sempre assim, uma troca constante de escola e de público, então vou tentar procurar um trabalho fixo, para não chegar no final do ano na insegurança de não saber se no próximo ano estarei trabalhando ou não ou para que escola vou (E-P4).

O resultado dessa distopia pode culminar em profissionais que, mesmo desejando permanecer na profissão, acabam, muitas vezes, migrando para outra área que conceda condições econômicas melhores e menos desgastantes, além da estabilidade (Tardif; Lessard, 2014).

Ao realizar a entrevista ao final do contrato dos professores temporários, foi possível captar os olhares preocupados com um futuro ainda não delineado, principalmente por não haver a resposta para a seguinte pergunta “o que esperar da docência na Rede Estadual de Ensino do Paraná para o próximo ano?”

Considerações finais

Pelos pormenores transcorridos, fica eloquente que o objetivo geral proposto foi cumprido, o mesmo pôde revelar a interferência dos contratos temporários nas práticas pedagógicas, as quais estavam postas a um trabalho instável dos professores.

A literatura explanada apontou que essa condição contemporânea da docência pode resultar no esvaziamento das práticas pedagógicas. Isso porque os professores estão cada vez mais destituídos da posição de estabelecer seus objetivos para o campo educacional, uma vez que passam a assumir somente a posição de executores do ensino.

Por meio do desenvolvimento da pesquisa empírica, foi possível constatar, principalmente, a perda de controle dos professores temporários sobre o próprio trabalho, ou seja, o curto espaço de tempo do contrato para o desenvolvimento da prática pedagógica, considerando que o prazo de estada no colégio correspondia a validade do PSS, o qual, por lei, pode ser estendido por no máximo 2 anos a contar o ano de sua abertura.

Os docentes corriam contra o tempo buscando finalizar o que planejaram com os alunos, além disso, não podiam bolar um trabalho estendido, pois o contrato temporário carrega consigo a fragilidade de pertencimento às instituições. Diante do cenário de ruptura com o trabalho que estavam engajados, os investigados expressaram o sentimento de frustração, havendo, nesse caso, uma grande possibilidade do adoecimento profissional futuro (NORONHA *et al.* 2008).

Entretanto, ressalta-se o empenho dos docentes temporários para o aprimoramento da prática pedagógica por meio de cursos de especialização, o que pode estar diretamente associado com a necessidade de se conquistar empregabilidade.

Acrescenta-se que o Estado do Paraná não se responsabilizou por ofertar nenhuma formação continuada aos professores temporários, estes buscaram os próprios meios para desenvolverem uma prática capaz de atender à especificidade do alunado do campo.

Ressalta-se, sobretudo, o descomprometimento do Estado do Paraná com a categoria docente, pois a mesma está, há longos anos, desassistida, tanto no que se refere à condição de “descarreira” ofertada, como a condição para a realização do trabalho pedagógico. Estando na condição de temporários, travam uma verdadeira luta contra o tempo, a fim de proporcionarem a aprendizagem discente, sabendo que ao final da batalha não receberão aplausos, mas o desemprego.

Por fim, acrescenta-se que o colégio, o qual possibilitou a realização desta pesquisa, encerrou o ano letivo de 2022 com 14 professores a menos em um quadro de 18. Este, assim como tantos outros, passa a ser uma estada temporária para muitos professores que almejam se firmar na profissão, porém não contam com subsídios para isso e, dessa forma, permanecem transitando pelas instituições escolares como verdadeiros nômades.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ª edição – São Paulo: Cortez, 2015.

ALVES, S. A. E. Trabalho docente e proletarização. **HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 36, p. 25-37, dez. 2009.

BOURDIEU, P. **A precariedade está hoje por toda parte**. In: BOURDIEU, P. *Contrafogos*, Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998, p.119-127.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: CATANI, A; NOGUEIRA, M. A. (orgs.). **Escritos de Educação**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 81-88.

BRASIL. (2006). **Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Retirado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

CODO, W. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DINIZ-PEREIRA, J. E. **Formação de professores: pesquisas, representações e poder**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DRUCK, G. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, 2011, p. 37-57.

GATTI, B. A. Democratização do ensino: uma reflexão sobre a realidade atual. **Em aberto**, Brasília, ano 8, n. 44, out./ dez 1989.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. Cortez. São Paulo, 2011.

MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004

NORONHA, M. M. B; A. A. A; Oliveira. D. A. **Trab. educ. saúde**, vol.6, no.1, Rio de Janeiro, Mar./Jun, 2008.

OLIVEIRA, D. A. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial1, p. 17-35, 2010.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 6508/73**. Autoriza o Poder Executivo criar a categoria de Pessoal Suplementar, para o desempenho de trabalhos e tarefas complementares aos dos cargos ocupados por funcionários públicos efetivos. Diário Oficial do Estado do Paraná. 1973.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 5012/74**. Concede autorização à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura para a admissão de professores em estabelecimentos de 1º e 2º Graus – então chamados de “professores suplementaristas” – conforme as suas necessidades. Diário Oficial do Estado do Paraná. 5 de fevereiro de 1974.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 7208/79**. Diário Oficial do Estado do Paraná. 15 de outubro de 1979.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 11.970/97**. Institui o Serviço Social Autônomo Paranaeducação. Diário Oficial do Estado do Paraná. 1997.

PARANÁ. **Lei Complementar nº 108/2005**. Dispõe sobre a contratação de servidores, por tempo determinado em regime especial. 2005.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação – SEED 1 **Edital n.º 47/2020** – GS/SEED; 2020. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/edital_472020_gsseed_pss_prof_retifica_editais_5051525556576063646672777884_2020_03132021_102022.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação – SEED. **Edital n.º 30/2022** – GS/SEED; 2022. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-12/edital_302022_gsseed_protocolo189360240_retificado_editais33_34_36_41_42_43_44_45_46_75_81.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

PEREIRA Jr. E. A; OLIVEIRA, D. A. Indicadores de retenção e rotatividade dos docentes da Educação Básica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 160, p. 312-332 abr./jun. 2016.

RESENDE, D. C. **Elementos decisivos na construção da posição e ação política de Roberto Requião de Mello e Silva**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SEKI, A. K; SOUZA, A. G; GOMES, F. A; EVANGELISTA. O Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, Ahead of print, v. 12, n. 3, set./dez. 2017.

SOUZA, M. N. **Políticas públicas de educação no Paraná**: as condições de trabalho de professores temporários e o efeito de território na alocação de docentes como variáveis de análise – Curitiba, 2016. 323 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, 2016.

SCHERER, D. S; SILVA, L. C; ANDRÉ, T. C. A implantação do Registro de Classe Online (RCO) em um Colégio Estadual no Município de Foz do Iguaçu: limites e possibilidades. *In: I Congresso Humanidades nas Fronteiras – Imaginários e Culturas Latino-Americanas*, 2017, Foz do Iguaçu. Anais, Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2017. p. 101-115.

TARDIF, M; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Rio Janeiro: Vozes, 2014.